



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 1

TARDE

ANALISTA LEGISLATIVO

CONTADOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral e Custos

1

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista

- (A) o seu valor justo deve ser mensurado com objetividade.
- (B) deve haver uma contrapartida correspondente no passivo.
- (C) precisa ser provável que o direito irá produzir benefícios econômicos futuros.
- (D) precisa ser certo que o direito irá produzir benefícios econômicos futuros.
- (E) é necessário que, em ao menos uma circunstância, o direito irá produzir para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes.

2

Uma sociedade empresária apresentava a seguinte composição em seu patrimônio líquido em 30/11/2022:

Capital Social:R\$100.000;
Reserva Legal:R\$10.000;
Ajuste de Avaliação Patrimonial:.....R\$35.000;
Reserva de Ágio na emissão de ações:.....R\$20.000;
Reserva Estatutária:.....R\$50.000.

No mês de dezembro de 2022, a sociedade empresária apresentou prejuízo de R\$75.000.

Assinale a opção que indica a ordem de absorção das contas integrantes do Patrimônio Líquido em virtude da ocorrência de prejuízo e o respectivo montante, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e modificações.

- (A) Reserva Estatutária: R\$50.000; Reserva Legal: R\$10.000; Reserva de Ágio na Emissão de ações: R\$15.000.
- (B) Reserva Legal: R\$10.000; Reserva Estatutária: R\$50.000; Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$15.000.
- (C) Reserva Legal: R\$10.000; Reserva de Ágio na Emissão de ações: R\$20.000; Reserva Estatutária: R\$45.000.
- (D) Reserva de Ágio na Emissão de ações: R\$20.000; Reserva Legal: R\$10.000; Reserva Estatutária: R\$45.000.
- (E) Reserva Estatutária: R\$50.000; Reserva Legal: R\$10.000; Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$15.000.

3

Em 01/01/2022, uma sociedade empresária adquiriu por R\$50.000 uma debênture emitida por uma companhia aberta, com o objetivo de obter valorização e, posteriormente, lucro com a venda futura. Os juros eram de R\$2.000 ao ano. Em 31/12/2022, o valor de mercado do ativo, com os juros incluídos, era de R\$58.000.

A empresa optou por reconhecer o valor justo da debênture através de Outros Resultados Abrangentes.

O lançamento contábil relacionado à debênture em 31/12/2022 será:

- (A) D- Instrumentos Financeiros: R\$8.000
D- Receita Financeira: R\$2.000
C- Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$10.000
- (B) D- Instrumentos Financeiros: R\$8.000
C- Receita Financeira: R\$2.000
C- Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$6.000
- (C) D- Instrumentos Financeiros: R\$8.000
C- Receita Financeira: R\$6.000
C- Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$2.000
- (D) D- Instrumentos Financeiros: R\$8.000
C- Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$8.000
- (E) D- Instrumentos Financeiros: R\$8.000
C- Receita Financeira: R\$8.000

4

Em relação às bases de mensuração para reconhecimento dos elementos nas demonstrações contábeis, assinale a opção que indica apenas as que refletem valores de saída.

- (A) Custo corrente e valor justo.
- (B) Valor justo e valor realizável.
- (C) Custo corrente e custo histórico.
- (D) Valor realizável e custo corrente.
- (E) Custo histórico e valor realizável.

5

As Cias. A e B apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2021:

	Cia A	Cia B
Ativo Circulante		
Disponibilidades	280.000	50.000
Estoques	120.000	25.000
Ativo não Circulante		
Investimento		
Participação na Cia B	75.000	
Ativo Imobilizado		
Terreno	45.000	
Ativo Total	520.000	75.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	520.000	75.000
Passivo + PL	520.000	75.000

Em 2022, a Cia. A vendeu todo o seu estoque a terceiros por R\$200.000 à vista, enquanto a Cia. B vendeu todo o seu estoque a terceiros por R\$50.000 à vista. Mais ainda, a Cia. B comprou o terreno da Cia. A, à vista, por R\$60.000.

Em janeiro de 2023, a Cia. B vendeu o terreno a terceiros por R\$70.000 à vista.

O lucro da Cia. A em 31/01/2023, sem considerar a incidência de impostos, foi

- (A) Zero.
- (B) R\$10.000.
- (C) R\$15.000.
- (D) R\$25.000.
- (E) R\$60.000.

6

Em 01/01/2019, uma sociedade empresária adquiriu, por R\$200.000, uma van para fazer o transporte de seus funcionários. Nesse momento, foi estimado que a van seria utilizada durante 5 anos e vendida por R\$50.000, expectativas que foram mantidas durante os anos seguintes, até 2022.

A sociedade empresária realiza teste de redução ao valor recuperável de seus ativos anualmente, em 31/12, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Através do teste foram estimados, respectivamente, o valor em uso e o valor justo da van nos anos seguintes, do seguinte modo:

- 31/12/2019: R\$172.000 e R\$168.000
- 31/12/2020: R\$135.000 e R\$141.000
- 31/12/2021: R\$105.000 e R\$108.000

Ainda, as despesas de venda em cada ano são estimadas em R\$4.000. Em 01/07/2022 a van foi vendida por R\$100.000.

O resultado com a venda da van nessa data foi

- (A) R\$5.000.
- (B) R\$8.750.
- (C) R\$9.500.
- (D) R\$22.000.
- (E) R\$23.000.

7

Assinale a opção que apresenta um exemplo de diferença temporária dedutível que resulta em ativos fiscais diferidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

- (A) Depreciação do ativo que é acelerada para fins fiscais.
- (B) Receita da venda de mercadorias que é incluída no lucro contábil quando as mercadorias são entregues, mas é considerada no lucro tributável quando o pagamento é recebido.
- (C) Despesas antecipadas que já foram deduzidas com base no regime de caixa para determinar o lucro tributável dos períodos corrente e anteriores.
- (D) Receita de juros que é recebida posteriormente e incluída no lucro contábil em base proporcional de tempo, mas é incluída no lucro tributável em regime de caixa.
- (E) Despesas com benefícios de aposentadoria que podem ser deduzidas para determinar o lucro contábil na medida em que o serviço é prestado pelo empregado, mas deduzidas para determinar lucro tributável somente quando as contribuições são pagas para um fundo constituído pela entidade ou os benefícios de aposentadoria são pagos pela entidade.

8

Em 31/12/2020, uma sociedade empresária reconheceu receitas de R\$50.000 e despesas de R\$80.000.

Em 31/12/2021, a receita foi de R\$80.000 e as despesas, de R\$70.000.

Já em 31/12/2022, a receita foi de R\$100.000 e as despesas, de R\$75.000.

Todas as receitas são tributáveis e as despesas dedutíveis para efeito de apuração do imposto de renda e contribuição social. Além disso, a sociedade empresária só realiza transações à vista. Ainda, apresenta perspectiva de lucros futuros em todos os anos.

O crédito fiscal da sociedade empresária em 31/12/2022, de acordo com a legislação tributária brasileira, considerando alíquota de imposto de renda e contribuição social de 34%, foi

- (A) zero.
- (B) R\$1.214.
- (C) R\$3.570.
- (D) R\$6.630.
- (E) R\$8.986.

9

Uma entidade realiza operações que podem ser identificadas como combinação de negócios. Essas operações podem acontecer em períodos diferentes, a saber:

- I. antes do período de reporte corrente.
- II. durante o período de reporte corrente.
- III. após o final do período de reporte, mas antes de autorizada a emissão das demonstrações contábeis.
- IV. após o final do período de reporte, e depois de autorizada a emissão das demonstrações contábeis.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, quando não há ajustes específicos decorrentes da própria operação de combinação de negócios, o adquirente deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar a natureza e os efeitos financeiros de combinação de negócios que ocorram em

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10

A Cia. Bela tem como atividade exclusiva a venda de roupas. Ela possuía uma loja própria em um shopping, onde mantinha as suas atividades. Em 31/12/2021, a Cia. Bela adquiriu uma nova loja por R\$100.000, para pagamento em 3 anos. Caso o pagamento tivesse sido à vista, o valor pago seria de R\$80.000. No momento da compra, esta loja foi alugada a terceiros.

Após o reconhecimento inicial, a Cia. Bela optou por mensurar a nova loja ao valor justo, que era de R\$120.000.

Em 31/12/2022, o valor justo da loja era de R\$130.000. Na data, a sociedade empresária decidiu utilizar esta loja também para a venda de roupas, ampliando os seus negócios. Na data, a sociedade empresária estimava utilizar a loja por 25 anos.

Assinale a opção que indica o valor da loja no balanço patrimonial da Cia. Bela em 01/01/2023.

- (A) R\$130.000.
- (B) R\$124.000.
- (C) R\$120.000.
- (D) R\$100.000.
- (E) R\$80.000.

11

A Cia. X é controladora da Cia. Y. O final do período das demonstrações contábeis da Cia. X é 30/11, enquanto o da Cia. Y é 31/01.

Considerando ser praticável a elaboração de demonstrações contábeis adicionais em outras datas, a fim de elaboração das Demonstrações Consolidadas, é correto afirmar que

- (A) as Cias. X e Y devem elaborar informações contábeis adicionais e publicar as demonstrações consolidadas em 31/12.
- (B) a Cia. X deve divulgar em nota explicativa que não é possível elaborar as demonstrações contábeis consolidadas, considerando a Cia. Y.
- (C) a Cia. X deve utilizar as demonstrações contábeis originais da Cia. Y e divulgar a defasagem em nota explicativa, de modo a publicar as demonstrações consolidadas em 30/11.
- (D) a Cia. Y deve elaborar informações contábeis adicionais de mesma data que as demonstrações contábeis da Cia. X, de modo a publicar as demonstrações consolidadas em 30/11.
- (E) a Cia. X deve elaborar informações contábeis adicionais de mesma data que as demonstrações contábeis da Cia. Y, de modo a publicar as demonstrações consolidadas em 31/01.

12

A Cia. X, sociedade empresária brasileira, cuja moeda funcional é o Real, é controladora da Cia. Y, sociedade empresária norte-americana, cuja moeda funcional é o Dólar dos Estados Unidos. A Cia. X avalia o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No ano de 2022 houve flutuações no câmbio.

Os efeitos das mudanças no câmbio são reconhecidos diretamente na

- (A) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (B) Demonstração do Valor Adicionado.
- (C) Demonstração do Resultado Abrangente.
- (D) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (E) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

13

Com relação ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), considere os itens a seguir:

- I. Coordenar as atividades relacionadas ao Sped.
- II. Compatibilizar as necessidades dos usuários do Sped.
- III. Adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação e o funcionamento do Sped.

De acordo com o Decreto nº 6.022/2007, compete(m) à Secretaria da Receita Federal:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

14

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021, a Escrituração Contábil Digital (ECD) compreenderá a versão digital dos seguintes livros e seus auxiliares, se houver, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Diário.
- (B) Razão.
- (C) Balanços.
- (D) Balancetes Diários.
- (E) Demonstração do Resultado.

15

Uma sociedade empresária produz e vende cinco tipos diferentes de bolsas. A sociedade empresária possui uma fábrica, onde as bolsas são produzidas, e uma sala comercial, onde trabalham as equipes de venda, contabilidade e os diretores.

Assinale a opção que indica uma correta classificação contábil na sociedade empresária.

- (A) Propaganda dos produtos: Custo fixo e direto.
- (B) Salário do vigilante da fábrica: Custo fixo e direto.
- (C) Salário do supervisor da produção: Custo fixo e indireto.
- (D) Depreciação dos móveis do escritório: Custo fixo e indireto.
- (E) Depreciação das máquinas usadas para embalar as bolsas: Despesa fixa e direta.

16

Assinale a opção que indica corretamente o método de custeio e sua característica.

- (A) Por absorção: aloca aos produtos todos os custos incorridos no processo de fabricação, sejam eles fixos ou variáveis, diretos ou indiretos.
- (B) Baseado por Atividades (ABC): os custos dos produtos são mensurados com objetividade, já que não há alocação dos gastos indiretos aos produtos.
- (C) Variável: a consideração dos custos fixos para valoração dos estoques melhora a capacidade informacional.
- (D) Por absorção: a incorporação das despesas de vendas ao custo do produto fornece uma visão global da atividade.
- (E) Variável: atende às exigências societárias e fiscais, estando de acordo com as normas contábeis e tributárias.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

17

Com relação ao Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender às necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
- () Os RCPGs podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- () Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, sem incluir, no entanto, suas notas explicativas.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – V – V.

18

Sobre a aplicação da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público nas empresas estatais dependentes e independentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aplica-se, obrigatoriamente, às empresas estatais dependentes e independentes.
- (B) A aplicação é proibida para as empresas estatais dependentes e independentes.
- (C) As empresas estatais dependentes e independentes poderão aplicar de maneira facultativa, ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.
- (D) Aplica-se, obrigatoriamente, às empresas estatais dependentes, enquanto, as empresas estatais independentes poderão aplicar de maneira facultativa, ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.
- (E) Aplica-se, obrigatoriamente, às empresas estatais independentes, enquanto, as empresas estatais dependentes poderão aplicar de maneira facultativa, ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

19

Em relação aos procedimentos contábeis referentes à receita orçamentária, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as transferências de recursos intergovernamentais constitucionais ou legais são contabilizadas pelo ente transferidor como

- (A) despesa ou variação patrimonial diminutiva, dependendo da relação entre os entes.
- (B) despesa ou dedução de receita, dependendo da demonstração contábil em que é evidenciada.
- (C) despesa ou dedução de receita, dependendo da forma como foi elaborado o orçamento do ente.
- (D) variação patrimonial diminutiva ou despesa antecipada, dependendo do objetivo da transferência.
- (E) despesa ou variação patrimonial diminutiva, dependendo do momento em que foi realizada a transferência.

20

Uma entidade do setor público obteve o controle de operação em transação sem contraprestação, na qual não transferiu nenhuma contraprestação. A fundamentação econômica da combinação era de aquisição.

Nesse caso, a adquirente que obteve o controle na operação

- (A) não deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- (B) deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura separadamente dos passivos assumidos.
- (C) deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura separadamente dos ativos identificáveis adquiridos.
- (D) deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura pela diferença entre o valor justo dos ativos e o valor contábil.
- (E) deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura na proporção da geração de entradas de caixa e/ou redução nas saídas de caixa líquidas.

21

A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, ajuda a assegurar, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o seguinte princípio orçamentário:

- (A) Unidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Transparência.
- (D) Publicidade.
- (E) Exclusividade.

22

Um hospital do serviço público recebe serviços de enfermeiros voluntários. Os serviços são considerados de valor material para o hospital.

De acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, a respeito do tratamento contábil recomendado para esses serviços, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não deve haver reconhecimento e nem divulgação.
- (B) A entidade deve reconhecer os serviços como receita e como despesa antecipada, quando for possível mensurá-los de maneira confiável.
- (C) A entidade deve reconhecer os serviços diretamente no resultado, como receita e como despesa, quando for possível mensurá-los de maneira confiável.
- (D) A entidade não pode reconhecer os serviços, no entanto, é incentivada a divulgar a natureza e o tipo de serviços em espécie recebidos durante o exercício.
- (E) A entidade deve, mas não é obrigada, reconhecer os serviços, porém é incentivada a divulgar a natureza e o tipo de serviços em espécie recebidos durante o exercício.

23

Uma universidade do setor público obteve um empréstimo em termos mais favoráveis que os de mercado. A entidade determinou que as diferenças entre o montante recebido pelo empréstimo e o seu valor justo no reconhecimento inicial devem ser reconhecidas como receita de transação sem contraprestação. Além disso, a condição imposta sobre o ativo transferido resulta em obrigação presente.

Nesse caso, a universidade deve reconhecer a obrigação como

- (A) Ativo.
- (B) Passivo.
- (C) Receita.
- (D) Despesa.
- (E) Capital Social.

24

Quando o preço do produto incluir um valor identificável para serviços subsequentes, segundo a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, esse valor deve ser

- (A) incluído no custo do ativo.
- (B) reconhecido imediatamente como receita, na conclusão da transação.
- (C) reconhecido diretamente no patrimônio líquido, sem transitar por receita.
- (D) contabilizado em conta redutora do ativo, retificando o custo do produto.
- (E) diferido e reconhecido como receita no exercício em que o serviço for executado.

25

De acordo com a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, a receita relacionada à venda de bens de uma entidade do setor público não deve ser reconhecida quando a entidade mantiver riscos significativos de propriedade.

As transações a seguir representam exemplos de situações em que a entidade pode reter riscos e benefícios significativos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O recebimento da receita de venda específica é dependente da venda dos bens pelo comprador.
- (B) A entidade retém obrigação decorrente de desempenho insatisfatório que não é coberto por cláusulas normais de garantia.
- (C) Os bens expedidos estão sujeitos à instalação, sendo esta uma parte significativa do contrato que ainda não foi concluída pela entidade.
- (D) O comprador tem o direito de rescindir a compra por uma razão específica em contrato e a entidade está incerta acerca da probabilidade de retorno.
- (E) O vendedor, apesar de ter transferido os riscos e os benefícios significativos de propriedade, retém a titularidade legal dos bens apenas para garantir o recebimento dos valores devidos.

26

Um hospital do setor público, devido à ocorrência de fortes chuvas na sua região, recebeu doação de medicamentos válidos para dez meses.

Assinale a opção que indica a contabilização desses medicamentos no balanço patrimonial do hospital.

- (A) Ativo Intangível - Estoque.
- (B) Ativo Circulante - Estoque.
- (C) Ativo Circulante - Receita a apropriar.
- (D) Ativo Intangível - Despesa antecipada.
- (E) Ativo Circulante - Despesa antecipada.

27

A agência dos Correios de um município possui em seu estoque 50 selos com valor de face de R\$1,50 e 50 selos com valor de face de R\$3,00. O custo de impressão de cada selo é de R\$2,00.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado no estoque do Correio, relacionado aos 100 selos.

- (A) R\$150,00.
- (B) R\$175,00.
- (C) R\$200,00.
- (D) R\$212,50.
- (E) R\$225,00.

28

Em relação ao reconhecimento do passivo contingente, de acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é reconhecido, porque a obrigação não decorre de evento passado.
- (B) É reconhecido, porque uma estimativa confiável pode ser realizada acerca do valor da obrigação.
- (C) É reconhecido, porque há certeza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
- (D) É reconhecido, porque é provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada.
- (E) Não é reconhecido, porque a sua existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, incertos e não totalmente sob o controle da entidade.

29

Uma entidade do setor público alterou sua estrutura de gestão, de modo a eliminar um nível de gerência de sua estrutura.

Os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação foram estimados em R\$15.000. Estes estão simultaneamente relacionados com a reestruturação e não são associados às atividades em curso na entidade. Além disso, a estimativa é confiável e sua saída é provável. Ainda, os custos com o treinamento dos funcionários para se adequarem à nova estrutura são de R\$5.000. Já os ganhos decorrentes de alienação esperada de ativos, que não serão mais utilizados por conta da reestruturação, são de R\$8.000. A venda destes ativos está prevista como parte dessa reestruturação

Assinale a opção que indica a contabilização dos fatos no balanço patrimonial da entidade.

- (A) Provisão para reestruturação de R\$15.000.
- (B) Provisão para reestruturação de R\$20.000.
- (C) Provisão para reestruturação de R\$23.000.
- (D) Provisão para reestruturação de R\$15.000 e Ativo Contingente de R\$8.000.
- (E) Provisão para reestruturação de R\$20.000 e Ativo Contingente de R\$8.000.

30

Em 31/12/2018, uma sociedade empresária adquiriu computadores por R\$40.000. A vida útil foi estimada em cinco anos e não foi considerado valor residual.

Em 31/12/2022, a sociedade empresária doou os computadores para uma entidade do setor público. Na data, a entidade tinha outros computadores similares, que tinham valor contábil de R\$12.000. Ainda, a entidade estimou, com base em procedimentos técnicos, que conseguiria vender computadores iguais no mercado por R\$15.000.

No dia do recebimento dos computadores, a entidade instalou programas antivírus, que custaram R\$2.000.

Assinale a opção que indica o custo dos computadores, contabilizado pela entidade do setor público, em 01/01/2023.

- (A) R\$10.000.
- (B) R\$12.000.
- (C) R\$14.000.
- (D) R\$15.000.
- (E) R\$17.000.

31

Em 31/12/2016, uma entidade do setor público adquiriu uma jazida por R\$1.800.000. Na data, a entidade estimou que a capacidade de extração da jazida era de 1.200.000 toneladas, sendo 100.000 toneladas nos 3 primeiros anos e 150.000 toneladas nos anos seguintes.

Em 01/01/2022, a entidade modificou sua estimativa de extração anual, prevendo que a extração passaria a ser de 200.000 toneladas ao ano.

Assinale a opção que indica a exaustão acumulada da jazida em 31/12/2022.

- (A) R\$900.000.
- (B) R\$1.000.000.
- (C) R\$1.125.000.
- (D) R\$1.200.000.
- (E) R\$1.800.000.

32

Um hospital do setor público adquiriu uma ambulância que havia sido usada anteriormente por outra instituição.

Em relação à estimativa da vida útil da ambulância analise as afirmativas a seguir.

- I. Metade do tempo de vida útil dessa classe de bem.
- II. Restante do tempo de vida útil do bem, levando em consideração a primeira instalação desse bem.
- III. Resultado de uma avaliação técnica que defina o tempo de vida útil pelo qual o bem ainda poderá gerar benefícios para o ente.

Sobre o novo prazo de vida útil para a ambulância, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (9ª edição), está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

33

Uma entidade do setor público gerou um ativo intangível que atendia às exigências gerais de reconhecimento e mensuração inicial.

Os gastos com a formação foram de R\$200.000, mas a entidade não conseguia diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento do projeto interno de criação de ativo intangível.

Sobre o caso narrado, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (9ª edição), assinale a afirmativa correta.

- (A) O gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa.
- (B) O gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de desenvolvimento.
- (C) Metade do gasto deve ser tratado como incorrido na fase de pesquisa e a outra metade na fase de desenvolvimento.
- (D) O gasto do projeto deve ser tratado como despesa antecipada.
- (E) A entidade deve escolher como o gasto deve ser contabilizado.

34

O Balanço Orçamentário de uma entidade do setor público apresentava, no quadro principal, os seguintes saldos em relação às suas despesas orçamentárias:

Despesas Pagas:.....R\$32.000;
 Despesas Empenhadas:.....R\$70.000;
 Dotação Inicial:R\$90.000;
 Dotação Atualizada:.....R\$100.000;
 Despesas Liquidadas:.....R\$55.000.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (9ª edição), assinale a opção que indica o *Saldo da Dotação*.

- (A) R\$20.000.
- (B) R\$30.000.
- (C) R\$38.000.
- (D) R\$45.000.
- (E) R\$68.000.

35

Assinale a opção que indica apenas variações patrimoniais classificadas como “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” na Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade do setor público.

- (A) Os juros auferidos e os dividendos.
- (B) Os juros auferidos e o resultado positivo da venda de ativo.
- (C) O resultado positivo da equivalência patrimonial e os dividendos.
- (D) As variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos.
- (E) O resultado positivo da venda de ativo e da equivalência patrimonial.

36

Em 2022, uma repartição pública recebeu R\$100.000 a título de amortização de empréstimo que havia sido concedido a terceiros. Assinale a opção que indica a classificação desse recebimento na Demonstração dos Fluxos de Caixa da repartição pública.

- (A) Atividade Corrente.
- (B) Equivalente de Caixa.
- (C) Atividade Operacional.
- (D) Atividade de Investimento.
- (E) Atividade de Financiamento.

37

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e modificações, o valor do imposto e das contribuições sociais retidos será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte que sofreu a retenção.

Nesse caso, deverá ser observada a seguinte regra:

- (A) o valor retido relativo ao IR poderá ser deduzido do valor do imposto apurado nos meses subsequentes ao da retenção.
- (B) se o valor do IR retido na fonte foi superior ao devido, a diferença deverá ser compensada no próprio mês da retenção.
- (C) o valor a ser deduzido, correspondente ao IR e a cada espécie de contribuição, será determinado pela Receita Federal, mediante a aplicação das alíquotas respectivas às retenções efetuadas.
- (D) os valores retidos na fonte a título de CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins poderão ser deduzidos com o que for devido em relação à espécie diferente de contribuição, nos meses subsequentes ao que se refere à retenção.
- (E) os valores retidos na fonte a título de CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins que excederem ao valor da respectiva contribuição a pagar no mesmo mês de apuração, poderão ser restituídos ou compensados com débitos relativos a outros tributos administrados pela RFB.

38

Uma entidade contrata seguro para os seus ativos, por intermédio de uma corretora.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e modificações, assinale a opção que indica, respectivamente, o valor sobre o qual a retenção será feita e de quem é o direito à dedução.

- (A) O valor que corresponde à corretagem; a corretora.
- (B) O valor do prêmio pago à seguradora; a corretora.
- (C) O valor do prêmio pago à seguradora; a companhia seguradora.
- (D) O valor do prêmio pago à seguradora, deduzida a parcela correspondente à corretagem; a corretora.
- (E) O valor do prêmio pago à seguradora, deduzida a parcela correspondente à corretagem; a companhia seguradora.

Auditoria e Controle

39

Sobre a etapa de planejamento da auditoria e os papéis de trabalho dela decorrentes, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A estratégia global da auditoria é elaborada de forma mais detalhada, subsidiando a elaboração do plano de auditoria, o qual apresenta forma sintética.
- II. A realização de testes-piloto tem a finalidade de certificar se a abordagem planejada funciona.
- III. A matriz de planejamento deve apresentar ao menos uma coluna referente à descrição dos controles internos da unidade auditada e outra coluna para registrar os resultados da avaliação dos referidos controles.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

40

Sobre os tipos de auditoria e a natureza dos trabalhos realizados pelo auditor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em geral, as auditorias são trabalhos de “asseguração razoável”, uma vez que os procedimentos executados não são suficientes para subsidiar uma opinião do auditor quanto à conformidade ou não do objeto com todos os aspectos relevantes.
- (B) Nos trabalhos de relatório direto, a parte responsável mensura e avalia o objeto de acordo com os critérios aplicáveis e apresenta os respectivos resultados ao auditor ou à equipe de auditoria.
- (C) No trabalho de certificação, o auditor assume a responsabilidade por auditar e avaliar o objeto de auditoria de acordo com os critérios aplicáveis.
- (D) Os estudos e revisões são exemplos de trabalhos de asseguração limitada porque não seguem um alto padrão metodológico para sua realização.
- (E) Nos trabalhos de asseguração razoável as conclusões do auditor são apresentadas de forma negativa, muito embora os procedimentos adotados sejam suficientes para emissão de opinião com segurança absoluta sobre a conformidade das demonstrações financeiras.

41

Sobre os tipos de auditoria, suas diferenças e convergências, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de indicadores e os descumprimentos de planos são os principais achados apontados em auditorias financeiras.
- (B) As auditorias de conformidade são tipos de trabalho somente de certificação.
- (C) As auditorias financeiras podem ser tipos de trabalho de certificação ou de relatório direto.
- (D) As auditorias operacionais podem apresentar como critérios uma boa prática ou um benchmark.
- (E) Nas auditorias financeiras, os principais achados são desconformidades legais ou falhas gerenciais.

42

Sobre o Controle de Qualidade no Exercício da Auditoria preceituado na NBC TA 220 (R2), analise as afirmativas a seguir.

- I. A equipe de trabalho de auditoria são os sócios, o quadro técnico envolvido no trabalho e os especialistas externos contratados pela firma.
- II. Quadro técnico são profissionais, exceto sócios e quaisquer especialistas empregados da firma, alocados no trabalho de auditoria.
- III. Firma é um único profissional ou sociedade de pessoas que atuam como auditor independente.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II e III.

43

Sobre a estrutura conceitual para trabalhos de asseguração (NBC TA Estrutura Conceitual), é correto afirmar que

- (A) a estrutura é uma norma e, por conseguinte, estabelece requisitos, princípios básicos e procedimentos essenciais para a realização de auditorias, revisões ou outros trabalhos de asseguração.
- (B) na parte destinada à descrição dos trabalhos de asseguração, a estrutura estabelece condições para que o auditor independente aceite trabalho de asseguração.
- (C) a identificação e discussão dos cinco elementos presentes em trabalhos de asseguração são tratados na parte referente à abrangência da estrutura conceitual.
- (D) as responsabilidades de outras comunicações do auditor independente que não estejam relacionadas com o seu relatório de asseguração são tratadas na parte referente às condições para trabalho de asseguração da estrutura conceitual.
- (E) na parte referente a “outros assuntos”, a estrutura organizacional discute a documentação de auditoria e as implicações da associação do auditor com o objeto ou com a informação do objeto.

44

Durante a realização dos trabalhos de auditoria, o auditor independente José se apaixonou por Maria, que ocupava cargo de gestão na empresa auditada, e com ela iniciou um relacionamento amoroso.

Para não prejudicar Maria em seu emprego, e por influência dela, José deixou de incluir evidências que poderiam subsidiar a emissão de opinião adversa.

Considerando a situação hipotética narrada e os princípios fundamentais de ética profissional aplicáveis aos auditores independentes, é correto afirmar que José não observou o princípio da(o)

- (A) objetividade.
- (B) integridade.
- (C) zelo profissional.
- (D) confidencialidade.
- (E) eficiência.

45

Em relação à formação de opinião e à elaboração do relatório de auditoria, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A equipe de auditoria independente é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis.
- () Quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, deve emitir uma opinião com ressalvas.
- () A base para emissão de opinião adversa é a constatação, por exemplo, de que a Companhia não está divulgando demonstrações contábeis consolidados em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) F – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – F.

46

Sobre as *normas aplicáveis à documentação de auditoria*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É necessário que o auditor documente todos os assuntos considerados ou todos os julgamentos profissionais exercidos na auditoria.
- (B) O auditor deve documentar separadamente (como em lista de verificação, por exemplo) a conformidade em assuntos já demonstrada por documentos incluídos no arquivo de auditoria.
- (C) A existência do plano de auditoria assinado no arquivo de auditoria demonstra que o auditor e a administração concordaram com os termos do trabalho de auditoria.
- (D) O memorando de conclusão descreve, resumidamente, os assuntos significativos identificados durante a auditoria e o modo como eles foram tratados.
- (E) A documentação de auditoria não pode fornecer evidências do exercício do ceticismo profissional do auditor uma vez que ele, o ceticismo profissional, não pode ser evidenciado.

47

Sobre o controle externo a cargo do Congresso Nacional e as funções constitucionais atribuídas ao Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a afirmativa correta.

- (A) No TCU, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta deverá ocorrer no prazo de sessenta dias, contados de seu recebimento.
- (B) É constitucional lei federal que atribua ao Congresso Nacional competência para julgar as contas dos Presidentes da Câmara e do Senado Federal, observado o parecer prévio do TCU, que somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do legislativo.
- (C) Embora o texto constitucional não subordine explicitamente o Tribunal de Contas ao Poder Legislativo, o inclui entre os órgãos desse Poder, para fins hierárquicos.
- (D) Segundo a jurisprudência dominante, as sanções administrativas aplicadas pelo TCU sofrem efeitos com a passagem do tempo, exceto quanto aos ressarcimentos de valores em esfera judicial decorrentes de irregularidades de contas.
- (E) Inexiste afronta ao princípio do contraditório e da segurança jurídica quando a análise do ato de concessão de aposentadoria, pensão ou reforma for realizada pelo TCU além do prazo de cinco anos sem que se promova a oitiva do interessado.

48

Acerca das orientações legais e jurisprudenciais aplicáveis aos processos de Tomada de Contas Especial, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o TCU pode decretar, em caráter definitivo, a indisponibilidade de bens de agentes públicos ou particulares responsabilizados em processos de tomada de contas especial.
- II. Nos casos de omissão no dever de prestar contas, a tomada de contas especial deverá ser instaurada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data-limite para análise de prestação de contas.
- III. O Tribunal de Contas da União poderá determinar a instauração de tomadas de contas especiais independentemente de medidas administrativas adotadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

49

O Presidente de uma autarquia federal tomou conhecimento de que uma empresa contratada para execução de obras públicas estava aplicando procedimentos técnicos em desacordo com o previsto no respectivo projeto executivo e que tal medida resultaria em graves danos ao erário.

Considerando a situação hipotética apresentada, a legislação e a jurisprudência aplicável à hipótese, o gestor deve

- (A) antes de adotar quaisquer medidas, levar os fatos ao conhecimento do Tribunal de Contas da União.
- (B) instaurar imediatamente tomada de contas especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e ressarcir o erário.
- (C) adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano.
- (D) comunicar os fatos ao Órgão Central de Controle Interno, que será responsável por instaurar e proceder a tomada de contas especial
- (E) suspender imediatamente a execução do contrato até que o TCU decida pela caracterização do dano e responsabilização dos contratados

50

Sobre os riscos de auditoria e demais elementos de significância que devem ser observados no trabalho de auditoria e definidos nas Normas Brasileiras de Auditoria Aplicadas ao Setor Público (NBASP), assinale a afirmativa correta.

- (A) O auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria, se o objetivo é fornecer uma asseguuração limitada.
- (B) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários.
- (C) O auditor executa procedimentos para reduzir o risco de chegar a conclusões inadequadas, reconhecendo que as limitações inerentes a todas as auditorias significam que uma auditoria pode fornecer absoluta certeza da condição objeto.
- (D) A materialidade é considerada em termos de valor ou de outros aspectos quantitativos, excluindo-se os elementos de natureza qualitativa.
- (E) Operacionalmente, o planejamento de uma auditoria deve definir o escopo, os objetivos e a abordagem da auditoria e deve ser responsivo a mudanças significativas nas circunstâncias e condições.

Administração Financeira e Orçamentária

51

Os Princípios Orçamentários têm a finalidade de estabelecer diretrizes essenciais que garantam racionalidade, eficiência e transparência aos procedimentos relacionados à criação, implementação e fiscalização do orçamento público.

O Princípio Orçamentário que determina que todas as receitas previstas e despesas fixadas, durante cada exercício financeiro, devem estar reunidas em um único instrumento legal em cada nível de governo é o

- (A) da totalidade.
- (B) da universalidade.
- (C) da anualidade.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) da exclusividade.

52

Os Princípios Orçamentários são aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todos os níveis de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – sendo definidos e regulados por meio de normas presentes na Constituição, em leis complementares e pela doutrina.

Relacione os Princípios Orçamentários a seguir com suas respectivas definições.

1. Não afetação da receita de impostos
 2. Transparência
 3. Unidade
 4. Publicidade
- () determina a divulgação, para qualquer pessoa, de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
 - () princípio básico da Administração Pública no regime democrático, justifica-se pelo fato de o orçamento ser fixado em lei.
 - () evita múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
 - () veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

53

O orçamento-programa, atualmente adotado no Brasil, consagrou a integração entre o planejamento e o orçamento público, pois surgiu justamente da necessidade de se planejar as ações, antes da execução orçamentária.

Em relação ao *orçamento-programa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. No orçamento-programa estão embutidos dois princípios fundamentais: o *princípio da programação* e o da *especificação ou discriminação*.
- II. O orçamento-programa visa a tornar-se elemento de integração entre o planejamento e a execução da ação governamental, classificando e sistematizando informações que permitam a análise de custo.
- III. Seus elementos essenciais são quatro: os *objetivos* da instituição em cuja consecução são utilizados os recursos orçamentários; os *programas*, como instrumentos de integração dos esforços governamentais para a concretização desses objetivos; os *custos*, medidos por meio de identificação dos meios e insumos necessários para a obtenção dos resultados; e as *medidas de desempenho* das realizações e dos esforços despendidos na execução dos programas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

A necessidade de que os objetivos governamentais sejam claramente definidos é a primeira condição para a adoção do Orçamento-programa. Nos planos nacionais, geralmente os objetivos são explicitados em termos de taxas de crescimento para os principais indicadores de atividade econômica do país.

Acerca da definição dos objetivos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () “Construir n quilômetros de rodovias asfaltadas” não é a forma adequada de expressar os objetivos de um Programa Rodoviário.
- () “Construir x escolas” é a forma adequada de expressar os objetivos de um Programa de Construção de Escolas.
- () Um Programa de Desenvolvimento Agrícola evidencia conflitos entre objetivos econômicos e sociais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

55

As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Com relação às etapas da receita orçamentária, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária, em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- () O lançamento não se aplica a impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- () Recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

56

O critério geral aplicado ao registro da receita orçamentária é o da entrada de disponibilidades. A menos que haja uma exigência legal específica para contabilizar certos eventos como despesas orçamentárias, a dedução da receita orçamentária é o procedimento padrão a ser seguido em três circunstâncias.

Avalie se os casos passíveis de dedução de receita orçamentária incluem

- I. recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente.
- II. restituição de receitas indevidamente.
- III. renúncia de receita orçamentária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

57

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Em relação ao tema, relacione os conceitos a seguir às respectivas definições.

1. Função
 2. Subfunção
 3. Atividade
 4. Projeto
- () dois primeiros dígitos da classificação funcional e maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
 - () envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental.
 - () três últimos dígitos da classificação funcional, evidencia cada área da atuação governamental.
 - () envolve um conjunto de operações, de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

58

O Grupo de Natureza de Despesa (GND) é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Com relação ao GND, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O GND 3 representa “Outras Despesas Correntes”, despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
- () O GND 4 representa “Investimentos”, despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; incluem-se também neste grupo as despesas necessárias à realização de programas especiais de trabalho, custeadas com recursos de operações de crédito.
- () O GND 6 representa “Inversões Financeiras”, despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

59

O Elemento de Despesa Orçamentária tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

Relacione os elementos de despesa a seguir aos respectivos exemplos.

1. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
 2. Material de Consumo
 3. Diárias – Civil
 4. Equipamentos e Material Permanente
- () Suprimento de aviação.
 () Aparelhos de medição.
 () Cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório.
 () Retribuição Básica.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
 (B) 1 – 4 – 2 – 3.
 (C) 4 – 2 – 3 – 1.
 (D) 2 – 4 – 3 – 1.
 (E) 4 – 3 – 2 – 1.

60

A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Acerca da execução da despesa, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente. Consiste na reserva de dotação financeira para um fim específico.
 () A liquidação tem base no contrato, na ordem bancária e no ateste em nota fiscal, comprovada a entrega de material ou a prestação do serviço.
 () O pagamento consiste na entrega de numerário ao devedor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
 (B) V – V – F.
 (C) V – F – V.
 (D) F – V – V.
 (E) F – F – F.

61

O regime de adiantamento (suprimento de fundo) é um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.3.1.x.xx.xx	Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)
C 2.1.8.9.x.xx.xx	Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)

Os registros contábeis acima representam o momento de

- (A) empenho.
 (B) liquidação.
 (C) pagamento.
 (D) prestação de contas.
 (E) devolução de valores não aplicados.

62

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é o sistema informatizado que registra, controla e contabiliza toda a execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Governo Federal, em tempo real.

Com relação ao SIAFI, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.
 () Os órgãos Setoriais de Contabilidade são as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, responsáveis pelo acompanhamento contábil no SIAFI.
 () O SIAFI modalidade Parcial é utilizado, atualmente, por todos os Órgãos da Administração Direta (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e por grande parte da Administração Indireta, em nível do Governo Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
 (B) F – V – V.
 (C) V – F – F.
 (D) V – V – F.
 (E) V – F – V.

Direito Tributário

63

Suponha que lei ordinária federal, de iniciativa de 10 Deputados Federais, publicada em 30/12/2022 e estabelecendo que produziria efeitos desde a data de sua publicação, além de tratar da carreira dos auditores fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, criou também uma nova hipótese de isenção de IPI (com a respectiva estimativa de impacto orçamentário-financeiro quanto a esta renúncia de receitas). Diante desse cenário, a referida lei

- (A) não poderia veicular tal isenção tributária de IPI, por não se tratar de lei específica.
- (B) não poderia produzir efeitos imediatos desde a data de sua publicação, mas apenas a partir de 01/01/2023.
- (C) não poderia produzir efeitos imediatos, mas apenas a partir de 90 dias da data de sua publicação.
- (D) necessitaria ter sido de iniciativa de ao menos 1/3 (um terço) dos Deputados Federais, por tratar de matéria de renúncia de receitas.
- (E) deveria ter sido aprovada como lei complementar, uma vez que tal isenção configura limitação constitucional ao poder de tributar da União.

64

Lei ordinária do Estado X, localizado na Região Sudeste do país, previu que todas as rádios em território estadual que transmitem sua programação por radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita teriam que recolher, pela alíquota de 17%, o ICMS incidente sobre as prestações de serviço de comunicação na modalidade de radiodifusão sonora. Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente uma lei complementar estadual poderia criar esta nova hipótese de incidência, e não uma mera lei ordinária.
- (B) Tal prestação de serviços de comunicação de radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita configura uma hipótese de não incidência tributária de ICMS.
- (C) Ausente a presença concomitante da transmissão de imagens nesta modalidade de serviço de comunicação de radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita, a base de cálculo do ICMS deve ser reduzida em 50%.
- (D) Essa prestação de serviços de comunicação de radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita, quando ultrapassar as fronteiras estaduais, se sujeitará ao recolhimento do diferencial de alíquota (DIFAL).
- (E) A alíquota máxima de ICMS que poderia incidir sobre tal prestação de serviços de comunicação de radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita seria de 12%, mesmo valor da alíquota interestadual para Estados da Região Sudeste do país.

65

O Fisco do Município Alfa, interior do Estado Beta, deseja cobrar taxa de coleta domiciliar de lixo devida por autarquia estadual (cuja sede está situada na Capital do Estado Beta) referente a imóveis de propriedade da autarquia situados no território do Município Alfa e que estão alugados para atividades comerciais de terceiros. Embora a autarquia estadual tenha sido instada a cadastrar junto ao Fisco municipal seu domicílio tributário no Município Alfa, não o fez. O Fisco do Município Alfa, então, enviou a notificação para pagamento a um “Posto de Atendimento ao Cidadão” desta autarquia situado no território do Município Alfa, e não para a sede da autarquia, situada na capital do Estado Beta.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta.

- (A) A notificação, para ser válida, deveria ter sido enviada para a sede da autarquia estadual localizada na capital do Estado Beta, e não para o mero “Posto de Atendimento ao Cidadão” desta autarquia situado no território do Município Alfa.
- (B) Como não houve indicação pela autarquia estadual de seu domicílio tributário no território do Município Alfa, o CTN autoriza o Fisco do Município Alfa a fixar qualquer domicílio tributário localizado no território estadual.
- (C) Na ausência da indicação pela autarquia estadual de seu domicílio tributário no território do Município Alfa, o Fisco desse Município deveria enviar a notificação para o titular da Secretaria Estadual a que a autarquia está vinculada.
- (D) Na ausência da indicação pela autarquia estadual de seu domicílio tributário no território do Município Alfa, o Fisco desse Município deveria enviar a notificação para o chefe do Poder Executivo do Estado Beta.
- (E) O Fisco do Município Alfa poderia enviar tal notificação para o “Posto de Atendimento ao Cidadão” desta autarquia estadual localizado no território desse Município, já que se trata de uma repartição desta autarquia situada no território da entidade tributante.

66

Uma sociedade empresária nacional, com sede no Município Alfa, Estado Beta, que disponibiliza conteúdo nacional de áudio por meio da Internet (*streaming*), sem cessão definitiva, está em dúvida sobre o imposto que deve recolher sobre sua atividade principal e a favor de qual ente federado.

Diante desse cenário, a empresa deverá recolher

- (A) ICMS, em favor do Estado Beta, onde se situa sua sede.
- (B) ICMS, em favor dos Estados onde se localizam seus consumidores.
- (C) ISS, em favor do Município Alfa, onde se situa sua sede.
- (D) ISS, em favor dos Municípios onde se localizam seus consumidores.
- (E) ICMS, em favor do Estado Beta, devendo este repassar 50% do valor recolhido ao Município Alfa, onde se situa a sede da empresa.

67

O responsável tributário é “aquele que, por questões de conveniência e oportunidade, o Estado elege expressamente em lei para figurar no polo passivo da relação, juntamente com o contribuinte, ou substituindo-o” (ABRAHAM, Marcus. *Curso de direito tributário brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023).

Acerca da figura do responsável tributário em sentido amplo e à luz do Código Tributário Nacional (CTN), julgue as afirmativas a seguir.

- I. O contribuinte de fato é considerado responsável tributário por substituição.
- II. O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- III. O crédito tributário relativo a uma contribuição de melhoria, devidamente lançada contra o proprietário anterior, sub-roga-se na pessoa do novo adquirente do imóvel, na condição de responsável por sucessão, ainda quando conste do título a prova da quitação do referido tributo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

68

Visando a estimular o pagamento voluntário de débitos tributários de ISS em um distrito do Município X, fortemente atingido por um desastre natural, lei municipal específica (acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro) concedeu anistia limitada às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante quanto ao ISS de contribuintes situados neste distrito.

Acerca desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da Constituição Federal de 1988, tal anistia

- (A) deveria englobar, para ser válida, todo o território da entidade tributante.
- (B) não poderia limitar-se a infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante.
- (C) dependeria de prévia aprovação da Assembleia Legislativa Estadual.
- (D) poderia ser concedida por Decreto do Prefeito.
- (E) poderia ser concedida nestes termos, por estar dentro das faculdades conferidas ao ente tributante.

69

Acerca do fenômeno da prescrição e da decadência em matéria tributária, levando em consideração o modo como tais institutos são qualificados pelo texto literal do Código Tributário Nacional (CTN), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A dívida tributária prescrita voluntariamente paga pelo contribuinte, por meio de parcelamento tributário, não pode ser objeto de repetição do indébito tributário.
- () Enquanto a decadência tributária é modalidade de extinção do crédito tributário, a prescrição tributária torna judicialmente inexigível o crédito tributário ainda existente.
- () Na situação em que, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado for anulado por decisão administrativa, o direito de a Fazenda Pública realizar novo lançamento extingue-se após 5 anos contados da data em que se tornar definitiva tal decisão anulatória.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

70

José é possuidor há três anos, com *animus domini* (com intenção de proprietário), de um imóvel rural no Município Alfa, local de sua habitação e de sua família, em vias de ser usucapido. Ele recebeu visita da fiscalização municipal, que constatou sua posse. No ano seguinte, José recebeu carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) já em seu nome.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) José, ainda que seja mero possuidor com *animus domini*, em vias de usucapir o imóvel, pode ser contribuinte do ITR.
- (B) O fato gerador do ITR é a propriedade ou o domínio útil, não sendo possível a cobrança do mero possuidor José.
- (C) José, quanto aos fatos geradores referentes ao período em que sua posse já se iniciara, é responsável por sucessão pelo pagamento do ITR, em lugar do proprietário.
- (D) José, quanto aos fatos geradores referentes ao período em que sua posse já se iniciara, é responsável por substituição tributária pelo pagamento do ITR, em lugar do proprietário.
- (E) Por se tratar o ITR de tributo federal, sua fiscalização tributária somente poderia ser executada por fiscais federais.

Realização

